

Rumo ao processo eletrônico



Adriano Pinheiro (E) coordena a equipe da Secretaria de Informática

A recém-criada Comissão Especial de Informática do TRT6 está traçando um Plano-Diretor que norteará as ações da Secretaria de Informática durante o biênio 2009-2011. A equipe desse setor estratégico, coordenado por João Adriano Pinheiro de Sousa, vem trabalhando com uma série de medidas preparatórias para a implantação do processo eletrônico, de que trata a Lei nº 11.419, de novembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial. Na pauta da Secretaria, constam cerca de 50 projetos entre os do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e do próprio TRT da 6ª Região. A prioridade imediata é a digitalização dos Agravos de Instrumento e Recursos de Revista deste Regional, atendendo determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Leia mais na pág. 7

TRT ESTABELECE PARCERIAS

Oferecer alguns produtos diferenciados e atividades de reciclagem a magistrados, servidores e comunidade jurídica não seria possível ao TRT se não fossem as parcerias estabelecidas com o Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A cada ano, o Tribunal distribui calendário graças à contribuição desses parceiros, que sempre apostam no elogiado projeto gráfico e fotografias produzidos pela equipe do próprio TRT. Quando se trata de eventos vinculados à capacitação de servidores e a atividades de planejamento estratégico, a contribuição ocorre conforme as necessidades vão surgindo, diferentemente de eventos fixos, a exemplo da solenidade de posse e da entrega anual de medalhas, em que as referidas instituições sempre planejam previamente a colaboração. O TRT tem contado com o apoio dessas instituições financeiras para promover eventos estruturadores, como é o caso da oferta de curso sobre gestão financeira do orçamento doméstico, inclusive com a participação de *experts* do próprio banco. Um grande evento, de caráter nacional, que garantiu visibilidade a este Tribunal perante todo o Judiciário, foi a realização do encontro nacional da memória, apoiado pelos três parceiros.

Secretário-Geral do TRT6 fala sobre as metas administrativas da atual gestão

Página 3

Quem são os profissionais que completam a equipe de diretores e coordenadores da nova administração

Páginas 4 e 5

Tomou posse em março o novo diretor da Secretaria da Vara do Trabalho de Carpina

Página 6

Da Ouvidoria

Ouvir talvez seja a melhor maneira de aprender, pois permite que sejam colhidas informações ou mesmo opiniões, sob diferentes óticas. Quando se escuta bem, mais fácil se torna compreender o mundo, fazendo com que sejam desvendados os melhores caminhos na busca de uma melhor realidade.

O filósofo grego Zenão de Eléia, nos idos de 490 a.C. a 430 a.C., já lembrava que a natureza nos havia dado dois ouvidos e uma boca, ensinando-nos que mais vale ouvir do que falar.

É necessário escutar e outro não é o fundamento da Ouvidoria na incessante busca do aperfeiçoamento da instituição à qual está vinculada. A redundância se faz necessária: a Ouvidoria ouve, e, tal audição terá sempre como objetivo maior atender ao cidadão, cuidando dos seus legítimos interesses junto às respeitantes instituições.

No mundo, o instituto com tal objetivo, dotado de análogas funções, faz-se conhecido, fundamentalmente, sob dois rótulos: *Ombudsman* e Ouvidor.

A expressão *Ombudsman* tem origem nórdica, mais precisamente na Suécia, no início do século XIX. Na sua língua original tem como significados procurador ou representante. No Brasil, tal expressão é utilizada quando se trata do setor privado, certamente por ser mais permeável a estrangeirismos que o setor público ou oficial.

No que tange à expressão Ouvidoria, sempre jungida à área pública, encontra-se a origem da mesma na administração da China Imperial. No nosso país, este termo - Ouvidoria - também veio a ser utilizado na seara pública; isto desde a época das Capitânias Hereditárias, evidentemente com funções díspares das compreendidas na atualidade, bastando para dimensionar tais discrepâncias, salientar que os ouvidores na época eram

Guilherme Mendonça
Juiz ouvidor do TRT da 6ª Região



indicados pelo Rei de Portugal, tendo eles poder, inclusive, de lavrar e promulgar leis. Vale dizer, a título de curiosidade, que em 1823 um Deputado em plena época do Império apresentou projeto de lei com o objetivo de criar o chamado *Ombudsman* nacional; projeto este que foi rejeitado.

A precocidade do projeto apresentado na fase imperial, entretanto, não significou que o instituto da Ouvidoria tivesse uma rápida implantação no Brasil, como dissemos, no setor público. Apenas em 1986, após uma gradual redemocratização do nosso país, foi instituída a primeira Ouvidoria Pública na cidade de Curitiba, capital do Paraná, através do Decreto-Lei n. 215/86. Após a capital, o próprio Estado do Paraná fez criar tal instituição, seguido dos Municípios de Santos, Maringá, Campinas e Fortaleza.

No âmbito da Justiça do Trabalho, através do Ato n.º 505/2003, teve-se a criação da Ouvidoria do TST, sendo esta vinculada à Presidência do TST e tendo como fim atuar como um meio de comunicação entre o cidadão e o dito Tribunal, intermediando, inclusive, na resolução de questões atinentes a processos em curso.

No TRT da 6ª Região o instituto da Ouvidoria foi criado em 2001, considerando-se a necessidade de aprimoramento da prestação jurisdicional, proporcionando assim à sociedade uma maneira fácil e constante de acesso a este TRT. Neste sentido, a Ouvidoria deste TRT possibilita o recebimento de críticas, denúncias, sugestões e elogios referentes às atividades jurisdicionais, valendo realçar que qualquer pessoa poderá contactar com tal órgão, podendo tais manifestações serem realizadas via *internet*, no endereço eletrônico ouvidoria@trt6.jus.br; através do telefone 0800-7224477, através das urnas localizadas no prédio ou mesmo pessoalmente. É também importante asseverar que a Ouvidoria tem como

princípio garantir ao cidadão resposta às suas manifestações, seja de forma imediata ou mesmo, caso assim não possível responder, após a devida análise da “queixa”, concedendo o esperado retorno das questões ventiladas. Há de se novamente ressaltar que a garantia de resposta às manifestações dos cidadãos tem como escopo a melhoria dos serviços prestados pela instituição, atuando a Ouvidoria consubstanciada nos valores da ética, transparência, imparcialidade e disponibilidade. Por fim, impende dizer que a Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região foi criada em apoio à Presidência deste egrégio, a ser exercida por magistrado, por um período que não ultrapasse o competente mandato, devendo funcionar nos moldes definidos em Regulamento próprio.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto
Maria de Lourdes Araújo Cabral de Mello
Nelson Soares Júnior
Josélia Moraes da Costa
Zeneide Gomes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nobrega
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dione Nunes Furtado da Silva

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORAS

Lydia Barros / Maria Alice Amorim

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

Imprima Soluções Gráficas LTDA - ME
(Tiragem: 1.500 exemplares)

“Já é possível identificar alguns traços da metodologia de trabalho da nossa presidente”

Esta é a segunda vez que o Secretário-Geral do TRT6, José Alberto Alves Viana, trabalha diretamente com a desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, de quem já foi chefe de gabinete. Antes disso, conviveu de perto com a atual presidente do TRT pernambucano quando assumiu, pela primeira vez, a Secretaria-Geral desta Corte, sob a presidência da desembargadora Lourdes Cabral, mesmo período em que a desembargadora Eneida Melo respondeu pela Corregedoria deste Regional. Não por acaso, Alberto Viana conhece bem o ritmo de trabalho da presidente, assim como assume o entusiasmo pelos principais projetos de sua gestão administrativa. Na entrevista que segue, o Secretário antecipa algumas dessas metas.

Nesses primeiros meses de gestão, já poderíamos falar de um estilo próprio de trabalho da desembargadora Eneida Melo?

Sem dúvida, já é possível identificar alguns traços da metodologia de trabalho de nossa presidente. Trata-se de uma administradora bastante dinâmica, determinada e exigente, que busca a solução menos onerosa e mais eficiente para os problemas que lhe são apresentados. Sendo assim, acompanha pessoalmente as ações da equipe administrativa, solicitando relatórios periódicos e conferindo, *in locu*, o andamento de reformas e obras. Também merece relevo sua disposição em ouvir os interessados antes de tomar decisões, sempre atenta às observações dos magistrados, diretores, servidores e entidades de classe, no intuito de chegar às conclusões mais apropriadas

à preservação do interesse público.

Trata-se de uma gestão de continuidade, como costuma ressaltar a presidente, mas qual seria a marca dessa gestão?

A atual administração continuará a execução das relevantes ações iniciadas na direção anterior. A presidência buscará oferecer melhores condições de trabalho a magistrados e servidores, tanto no aspecto físico e quantitativo (instalações, equipamentos, lotação de servidores, estagiários etc.) quanto no psicológico (ambiente saudável de trabalho). Para tanto, haverá permanente controle das ações promovidas pelas unidades administrativas diretamente envolvidas nessa missão. Somente partindo dessa premissa, sustenta a Exma. Sra. Desembargadora Presidente, poderão ser alcançados resultados plenamente satisfatórios no que se refere à atividade jurisdicional.

O Planejamento Estratégico ainda está em discussão, mas quais são as principais metas administrativas dos novos dirigentes do TRT?

Além de seguir as metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça no 2º Encontro Nacional do Judiciário (já divulgadas na intranet), esta gestão, em síntese, envidará esforços para: **a)** construir novo prédio destinado a abrigar a 1ª instância da capital; **b)**



Alberto Viana é o Secretário-Geral do TRT

edificar novas instalações para o funcionamento da 2ª instância; **c)** instalar as Varas do Trabalho de Paulista em um novo Fórum; **d)** concluir as obras e reformas iniciadas no biênio anterior; **e)** desenvolver programas voltados à qualidade de vida e ao desenvolvimento funcional; **f)** adequar a lotação de servidores das unidades judiciais e administrativas, considerando o volume de serviço e as orientações normativas do CSJT; **g)** promover significativos avanços na área de informática, motivo pelo qual já foi instituída comissão permanente para tal fim; **h)** incrementar ações no que tange à atuação da comissão de responsabilidade socioambiental, visando à promoção do desenvolvimento sustentável; **i)** instituir a coordenação de gestão documental, com a finalidade de orientar e adotar as medidas relativas à guarda e à preservação do material produzido neste Regional; **j)** constituir comissão permanente de conciliação, nos moldes orientados pelo CNJ, incentivando a célere solução dos litígios.

Novo elenco de gestores



Serviço de Planejamento Físico

Tânia Virgínia Leitão Valois, analista judiciário, é servidora do TRT desde dezembro de 1984. É graduada em Arquitetura, pela Universidade Federal de Pernambuco, 1978, e pós-graduada em Desenvolvimento Urbano (UFPE, 1981). Em 1998, foi nomeada diretora do Serviço de Planejamento Físico, permanecendo no cargo por um período de oito anos. Em fevereiro deste ano, volta a dirigir o Seplan.



Serviço de Contabilidade

Airton Costa Cavalcanti, técnico judiciário, graduado em Ciências Contábeis pela UFPE, é servidor do TRT desde maio de 1984. Já esteve lotado na Secretaria Administrativa (SA) e em gabinetes de desembargador, foi diretor do Serviço de Pagamento de Pessoal (SPP), diretor da SA no biênio 2005/2007 e, a partir do biênio seguinte (2007/2009), assume a diretoria do Serviço de Contabilidade.



Serviço de Licitações e Contratos

Ana Lylia Farias Guerra, servidora pública do TRT desde agosto de 1993, ocupa o cargo de analista judiciário a partir de novembro de 1994. Engenheira química, formada em 1980, pela UFPE, já esteve lotada na SRH, no SACI e foi diretora do SLC em 2003. Ficou à disposição da Procuradoria Regional da República (5ª Região), de 1997 a 2003, onde ocupou o cargo de presidente da Comissão de Licitação.



Serviço de Engenharia de Manutenção

Durval Soares da Silva Júnior, técnico judiciário, está no TRT desde outubro de 1996. Tem graduação em Engenharia Elétrica (FESP, 1994), licenciatura em Física (UFPE, 1999) e pós-graduação em engenharia de manutenção (UPE, 2008). No Tribunal sempre trabalhou na mesma área: foi chefe do Setor de Manutenção (2001 a 2003) e diretor do Serviço de Manutenção no biênio 2003-2005, cargo que voltou a ocupar em fevereiro deste ano.



Serviço de Desenvolvimento de Sistemas

Henrique de Barros Saraiva Leão tem mestrado em informática, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2000). Analista judiciário, é servidor do TRT desde janeiro de 1998, sempre lotado na Secretaria de Informática. Foi chefe do Setor de Suporte, de 2004 a 2005. É diretor do Serviço de Desenvolvimento de Sistemas desde 2005.



Serviço de Pagamento de Pessoal

Humberto Galvão da Silva é analista judiciário, com graduação em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal de Pernambuco. No TRT desde dezembro de 1996, já chefiou o Setor de Pagamento de Estatutários e o Setor de Pagamento de Inativos. A partir de 2005 passa a dirigir o Serviço de Pagamento de Pessoal (SPP), cargo em que permanece na atual gestão.



Serviço de Material

Murilo Gomes Leal Júnior, técnico judiciário, é servidor do TRT desde maio de 1993. Graduado em Administração de Empresas, pela Universidade Católica de Pernambuco, 1987. Em 1995 foi lotado no Setor de Compras, assumindo a chefia a partir de 1998, onde permaneceu até 2003, quando assumiu a direção do Serviço de Material. Integrou a Comissão de Licitações, tem curso de formação de pregoeiros e é pós-graduando na área de licitações e contratos.



Coordenadoria de Cadastramento, Autuação e Distribuição da 2ª Instância

Eugênia Maria Coutinho Tavares de Albuquerque era concursada do Estado quando foi requisitada para a Direção da Distribuição dos Feitos de Paulista. Aprovada no cargo de analista judiciário do TRT, atuou como assessora da Presidência. A partir de 2003 foi nomeada diretora da Secretaria Judiciária e em fevereiro de 2009 assumiu a Coordenadoria de Cadastramento, Autuação e Distribuição da 2ª Instância (antiga Secretaria Judiciária).



Serviço de Administração de Pessoal

Sérgio Mário do Nascimento Aguiar é bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de Olinda (1988), e pós-graduando em Direito Administrativo e Processo Disciplinar na FIR. No TRT desde fevereiro de 1981, por concurso público, entre 1993 e 1997 foi chefe do Setor de Cadastro do Serviço de Pessoal. Diretor do Serviço de Administração de Pessoal (SAP), de 1998 a 2001, passa a dirigir a SRH de 2001 a 2005. A partir de fevereiro de 2007, volta a dirigir o SAP.



Coordenadoria de Comunicação Social

Lydia Gomes de Barros é jornalista graduada pela Unicap, em 1991, com mestrado em Comunicação pela UFPE, 2006, e aluna do doutorado de Comunicação, também na UFPE. Ingressou no TRT em 1985, atuando em gabinetes de 1985 a 1996. Entre 1996 e 2006 esteve à disposição da Câmara dos Deputados. Desde 2006, atua na Coordenação de Comunicação do TRT da 6ª Região.



Secretaria de Segurança, Transporte e Telefonia

Cícero José da Silva, técnico judiciário, é servidor do TRT desde 1996. Na Sexta Região já trabalhou no Setor de Telefonia; e na Secretaria de Segurança, Transporte e Telefonia (SSTT), a qual dirige interinamente, uma vez que exerce a função de substituído do diretor. Cursa Direito na UFPE desde 2007.



Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

Andréa Leite Guedes Pereira é técnico judiciário do TRT desde abril de 1987. Graduada em Administração, pela Unicap, em 1990, está cursando MBA em Gestão de Pessoas e Liderança, no Cedepe. Atuou nas VTs de Escada, 9ª e 12ª do Recife. A partir de 95, passa a trabalhar na área de capacitação. De 2004 a 2006 foi diretora do Serviço de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal (SCDP). A partir de dezembro de 2008 passa a dirigir a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal (antiga SCDP).

Continua na página 06



Novo elenco de gestores



Coordenadoria do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo

Benuval Figueira Costa Filho, servidor desde abril de 1990, é técnico judiciário, com formação de nível superior em Administração de Empresas (Faculdade Boa Viagem, 2002) e em Direito (Faculdade Guararapes, janeiro de 2009). Durante dez anos dirigiu, no TRT, o Serviço de Segurança, Transporte e Comunicações. Desde 2006 gerencia o fórum trabalhista no edifício Sudene.



Coordenadoria de Precatórios

Wilma Lúcia Silva, auxiliar judiciário, está no TRT desde outubro de 1996, e é bacharela em Direito, pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Acabou de concluir pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil. Lotada na SRH desde o início da carreira na Sexta Região, a partir de 2003 passa a integrar, também, a comissão do concurso para juiz substituto, da qual foi secretária em 2006. Em fevereiro assumiu a coordenadoria de precatórios.



Coordenadoria de Saúde

Semíramis Rocha de Oliveira é graduada em Medicina, pela Universidade Federal de Pernambuco, 1992. Analista judiciário do TRT desde novembro de 1996, tem formação médica em oncologia, especialidade biologia molecular, e atualmente faz curso de especialização em dor. A partir de dezembro de 2003 passou a dirigir o Serviço de Saúde do TRT, agora transformado em coordenadoria de saúde.

Carpina empossa diretor

Sérgio Luiz dos Santos Filho acaba de assumir, no início de março, o cargo de diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Carpina. Formado em Direito pela UFPE (2000), estudou na Esmatra em 2002 e concluiu pós-graduação em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho em 2007, pela Rede Prima Uniderp.

Estagiário da 7ª VT em 1997, dois anos depois Sérgio passa a ser servidor do TRT e toma posse como técnico judiciário, em setembro de 1999, passando a atuar na 7ª e 17ª VTs do Recife. A partir de 2002 fica lotado no gabinete da desembargadora Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel, mesmo ano em que é aprovado no concurso para analista judiciário. No início de 2007, assume o cargo de assistente secretário na Corregedoria e, em setembro de 2008, é nomeado diretor da VT de Escada, convidado

pelo então titular, juiz Ibrahim Alves da Silva Filho, que também o convidou para o cargo de diretor em Carpina.

À exceção da carteira de audiência, passou por todas as funções de uma Vara Trabalhista e domina o dia a dia de um gabinete de juiz. Participou de pesquisas e regulamentação atinentes às atribuições da Corregedoria.

Dotado de habilidades artísticas, Sérgio foi *crooner* da banda República S/A, também adora pintura e gastronomia, embora atualmente esteja afastado da cena musical em decorrência do dia a dia acelerado. Sérgio Luiz dos Santos Filhos sente-se



A presidente do TRT, desembargadora Eneida Melo, com o secretário-geral, Alberto Viana, dá posse ao novo diretor de Carpina, Sérgio Luiz (E)

satisfeito em dirigir uma VT: “além de registrar o meu agradecimento ao corpo funcional de Escada, tive uma ótima impressão da integração do pessoal de Carpina. Sobretudo, é importante registrar que trabalhar com Dr. Ibrahim é uma verdadeira escola”.

As diretrizes de um setor estratégico

Lydia Barros

A Secretaria de Informática do TRT da 6ª Região, coordenada por João Adriano Pinheiro de Souza, seguirá um Plano Diretor no biênio que se inicia - 2009/2011 -, elaborado a partir das prioridades estabelecidas pela Comissão Especial de Informática recém-criada neste Regional, e que tomará por base o planejamento estratégico traçado pela Presidência. Atualmente, constam na secretaria cerca de 30 projetos na área de desenvolvimento e 20 na área de infra-estrutura, entre os do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do próprio TRT da 6ª Região. A prioridade imediata é a digitalização dos Agravos de Instrumento e Recursos de Revista deste Regional, atendendo determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Adriano Pinheiro explica que a determinação do TST faz parte da série de medidas preparatórias para a implantação do processo eletrônico de que trata a Lei nº 11.419, de novembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial. Uma vez que praticamente a totalidade dos atos processuais já vem sendo preparada digitalmente, e que, de maneira colaborativa, foi desenvolvido pelo TST, pelos TRTs da 4ª, 9ª, 12ª e 17ª Regiões e pelo CSJT o sistema informatizado e-Recurso, já implantado no TST e nos Tribunais Regionais do Trabalho, a idéia é a utilização dessa tecnologia na virtualização das peças processuais indispensáveis aos despachos de admissibilidade dos Recursos de Revista e exames destes e dos Agravos de Instrumento pelo TST. Peças estas que, segundo Pinheiro, representam os principais gargalos no TST. “O volume de processos a ser digitalizado pelos Tribunais é muito grande, por isso a implantação dessa ferramenta precisou ser adiada algumas vezes”, explica o diretor, que desde



Adriano Pinheiro está à frente da Secretaria de Informática, que receberá atenção especial nesta gestão.

agosto vem treinando servidores de diversos setores para assumirem a função.

Embora, por ora, o TST ainda não tenha determinado a digitalização de todo o processo, ficou definido que os originais em papel também devem ser enviados àquela Corte, considerando que o processo de digitalização dessas peças ainda é experimental. O diretor de Informática do Regional de Pernambuco sabe que tem muito trabalho pela frente, mas argumenta que, diante dos desafios da unidade, essa etapa inicial de digitalização dos AI e RR, será relativamente fácil, apesar das dificuldades técnicas. Isso porque, além da fase de digitalização (que transforma papel em foto), a imagem precisa ser passada para um *software* de reconhecimento de caracteres (OCR), o que demanda capacitação específica dos servidores do setor, uma vez que, nesse momento, é preciso desmembrar o processo para retirar as peças que interessam ao TST, muitas vezes, lidando com brechas jurídicas que dão margem a interpretações distintas.

Por isso mesmo, será imprescindível o desenrolar da reforma administrativa que vai lotar antigos servidores da Judiciária nas secretarias das Turmas e do Pleno deste TRT. “Nós precisamos reforçar nossa estrutura e temos pouco tempo para isso”, afirma

Adriano Pinheiro. “Tão logo esse serviço seja incorporado pelas Turmas, teremos uma maior agilidade nos julgamentos do TST, evitando maiores gargalos dos Agravos de Instrumento”, diz. Por enquanto, as partes não terão acesso às peças, que vão direto para o sistema e-Recurso, cujos dados são enviados automaticamente ao TST.

O diretor de Informática deste Regional, que vem acompanhando desde o início as discussões do SUAP (Sistema Unificado de Administração Processual), principal projeto relacionado ao Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho, espera concluir em breve o relatório-diagnóstico da Secretaria de Informática para discutir prioridades de ação, junto com a Comissão especial recém-formada. “Vamos administrando as dificuldades. Temos uma equipe de 43 pessoas, que é muito enxuta diante das demandas do setor; limitações no atendimento; 500 microcomputadores obsoletos de um parque de 1.700; e problemas estruturais históricos. Mas temos motivos para comemorar: já está contratada, por exemplo, a reforma de quase todas as redes do edifício-sede do TRT e de todas as VTs do interior”, comenta Adriano Pinheiro, que afirma não gostar de reclamar.

Reunião define ações de arquivamento e gestão documental

Com o objetivo de apresentar esclarecimentos sobre os procedimentos de envio dos processos arquivados e de discutir a gestão documental, o secretário-geral da presidência, Alberto Viana, o juiz titular da 3ª VT de Olinda e presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), Roberto de Freire Bastos, e o diretor do Setor de Arquivo-Geral (SAG), Marco Antonio Gomes dos Santos, reuniram diretores e servidores das VTs da capital, em encontro no Fórum da Sudene. Alberto Viana abriu a reunião apresentando o posicionamento da presidente Eneida Melo quanto à importância da guarda, em condições salubres, do acervo documental da 6ª Região, e quanto à necessidade de ampliar os espaços das VTs a fim de que possam gerir a guarda de maior quantitativo de processos arquivados, evitando a superlotação do SAG.

“Mais do que processos, as ações trabalhistas são documentos históricos”, assim defendeu o magistrado Roberto de Freire Bastos a guarda de autos arquivados para, além de oferecer dados à aposentadoria de trabalhadores, garantir a preservação da memória da Justiça do Trabalho. Este foi um dos itens que o juiz do TRT apresentou na reunião, além de debater um pouco sobre a legalidade da destruição de documentos públicos. “A nossa maior trincheira leva em conta não deixar a responsabilidade de guarda de documentos somente com os reclamantes”, declarou o juiz, esclarecendo que os trabalhadores normalmente vivem em áreas de risco e sujeitas a inundações e desmo-

ronamento, são vítimas de analfabetismo e de falta de informações. “Documento público é de guarda do ente público”, ressaltou.

O grande problema, entretanto, é a falta de verba e de estrutura para a guarda dos documentos, o que o TRT vem tentando sanar a partir de convênio firmado em 2004 com a UFPE. A universidade vem guardando processos para fins de pesquisa acadêmica, embora não tenha espaço físico suficiente que possa evitar o descarte do TRT. Já se encontram na universidade as ações trabalhistas arquivadas até 1973 (apesar de o convênio estabelecer a guarda até o ano de 1985), todas devidamente higienizadas, catalogadas e digitalizadas, graças a recursos da ordem de R\$ 280 mil que o Departamento de Pós-Graduação em História da UFPE recebeu da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe).

A boa nova, nesse tocante, é que o reitor Amaro Lins se comprometeu a trabalhar pela construção de um centro de pesquisa, em Vitória de Santo Antão, com recursos da Caixa Econômica, visando ampliar o espaço destinado ao recebimento dos processos, que poderiam chegar ao montante de 800 mil.

“O Arquivo-Geral está abarrotado, com a capacidade de



Christine Rufino Dabat, integrante da equipe de pesquisadores da UFPE, troca idéias com a presidente do TRT, desembargadora Eneida Melo, sobre a ampliação do espaço que abriga os processos na universidade

armazenamento totalmente saturada”, declarou o diretor Marco Antonio Gomes dos Santos, demonstrando a preocupação com as remessas deste ano àquela unidade. Esclareceu, ainda, que somente no ano de 2007 foram recebidos 147 mil processos, além da realização de mais de cinco mil atendimentos ao público e envio de resposta a consultas do INSS, da corregedoria e outras unidades do TRT.

No arquivo trabalham apenas dois servidores do quadro, auxiliados por sete funcionários requisitados. Esclarecer que a demanda é grande e a área de 2 mil m² (térreo e primeiro andar) não comporta mais nada serviu para o diretor do arquivo argumentar com os diretores de VT sobre a necessidade de elaborar um planejamento conjunto das ações referentes ao arquivamento, bem como referentes ao treinamento dos servidores encarregados de preparar as listagem de envio dos processos.